

No. 21249

**BRAZIL
and
ARGENTINA**

**Agreement on scientific and technological co-operation.
Signed at Buenos Aires on 17 May 1980**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 22 September 1982.

**BRÉSIL
et
ARGENTINE**

**Accord relatif à la coopération scientifique et technologi-
que. Signé à Buenos Aires le 17 mai 1980**

Textes authentiques: portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 22 septembre 1982.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina,

Considerando que o Convênio de Intercâmbio Cultural assinado no Rio de Janeiro, a 25 de janeiro de 1968, entre os dois Governos, invoca o desejo de incrementar o intercâmbio científico entre ambos os países, tornando cada vez mais firme a tradicional amizade que os une,

Reconhecendo o papel crescente e vital da ciência e tecnologia neste contexto,

Reconhecendo, igualmente, a importância atingida pelas atividades científicas e tecnológicas, particularmente na área acadêmica, em ambos os países, e

Desejosos, por outro lado, de elevá-las a nível adequado às relações gerais,

Concordaram no seguinte:

Artigo I. Os dois Governos promoverão a cooperação, no domínio científico e tecnológico, entre os dois países, principalmente através das seguintes formas:

- a) Encontros de natureza variada para discussão e troca de informações sobre aspectos relacionados com a ciência e a tecnologia;
- b) Intercâmbio de professores, cientistas, técnicos, pesquisadores e peritos (doravante denominados especialistas);
- c) Troca de informações científicas e tecnológicas e publicação de documentação;
- d) Execução conjunta ou coordenada de programas e projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, aplicação e aperfeiçoamento de tecnologias existentes e/ou desenvolvimento de novas tecnologias;
- e) Criação, operação e/ou utilização de instalações científicas e técnicas, centros de ensaio e/ou de produção experimental.

Artigo II. A cooperação se realizará nas áreas da ciência e tecnologia sobre as quais ambos os Governos venham a concordar através de Ajustes Complementares concertados por via diplomática.

Artigo III. O alcance da difusão da informação oriunda dos programas e projetos de cooperação será determinado nos Ajustes Complementares mencionados no artigo II.

Artigo IV. 1. Os gastos com envio de especialistas de um país a outro, para os fins do presente Acordo, serão, em princípio, cobertos pelo Governo

que envia, cabendo ao Governo receptor atender aos gastos de estada, manutenção, assistência médica e transporte local, sempre que não se estabeleçam outros procedimentos nos Ajustes Complementares acordados conforme o artigo II.

2. A contribuição governamental aos programas e projetos de cooperação, inclusive os gastos com o intercâmbio e fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços de assessoramento ou consultoria será efetuada na forma prevista nos Ajustes Complementares a que se refere o artigo II.

Artigo V. 1. Ambos os Governos concederão aos especialistas que se deslocarem de um país a outro, em decorrência dos Ajustes Complementares previstos no Artigo II, bem como aos membros de sua família imediata:

- a) Visto oficial grátis, que assegurará residência pelo prazo previsto no Ajuste Complementar respectivo;
- b) Isenção de impostos e demais gravames para a importação de seu mobiliário e objetos de uso pessoal, destinados à primeira instalação;
- c) Idêntica isenção quando da reexportação dos referidos bens.

2. Ambos os Governos isentarão, igualmente, de todos os impostos e demais gravames a importação e/ou exportação de bens, equipamentos e materiais enviados de um país a outro em decorrência da implementação dos Ajustes Complementares previstos no artigo II.

Artigo VI. 1. As entidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica, inclusive as de natureza acadêmica, de ambos os países, tanto públicas quanto privadas, poderão celebrar convênios interinstitucionais destinados a facilitar a realização de ações de cooperação recíproca.

2. Os dois Governos deverão ser informados da conclusão dos referidos convênios interinstitucionais, bem como do andamento das atividades de cooperação neles previstas.

Artigo VII. Ambos Governos, de conformidade com suas legislações respectivas, promoverão a participação de entidades e instituições privadas de caráter empresarial dos dois países na execução de programas e projetos de cooperação previstos no presente Acordo.

Artigo VIII. 1. Para atingir os objetivos do presente Acordo, os dois Governos concordam em criar uma Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, que terá por função:

- a) Considerar os temas da política científica e tecnológica vinculados à implementação do presente Acordo;
- b) Examinar as atividades decorrentes do presente Acordo; e
- c) Fazer recomendações a ambos os Governos com relação à implementação e aperfeiçoamento do presente Acordo, inclusive dos seus programas e projetos.

2. A Comissão Mista se reunirá pelo menos uma vez por ano, alternadamente no Brasil e na Argentina, de preferência concomitantemente com a reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), e estará integrada por representantes de ambos os Governos.

Artigo IX. Os dois Governos concordam com o imediato estabelecimento de simpósios anuais, integrados por especialistas dos dois países, para discussão de temas de interesse comum no campo da ciência e da tecnologia. Os resultados desses encontros serão levados à apreciação da Comissão Mista.

Artigo X. Os dois Governos designarão, em seus respectivos países, as entidades e/ou instituições encarregadas de coordenar as ações de caráter governamental, inclusive as de crédito e financiamento de programas e projetos que, na ordem interna, se fizerem necessárias para os fins do presente Acordo.

Artigo XI. Nos intervalos entre as reuniões da Comissão Mista, os contatos entre os dois Governos, no quadro do presente Acordo, serão assegurados pela via diplomática.

Artigo XII. 1. O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, que será realizada em Brasília, e terá uma vigência inicial de cinco anos, prorrogável automaticamente por períodos iguais e sucessivos.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação por via diplomática. A denúncia surtirá efeito um ano após a data do recebimento da notificação respectiva.

3. A denúncia do presente Acordo não afetará o desenvolvimento dos Ajustes Complementares nem dos convênios interinstitucionais que se celebrem de conformidade com o disposto nos artigos II e VI, respectivamente.

4. O presente Acordo será aplicado provisoriamente, a partir da data de sua assinatura, no limite de competência das autoridades responsáveis por sua implementação.

FEITO em Buenos Aires, aos dezessete dias do mês de maio de 1980, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed— Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO

Pelo Governo
da República Argentina:

[Signed— Signé]

CARLOS W. PASTOR

[SPANISH TEXT—TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TECNOLÓGICA
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA AR-
GENTINA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina,

Considerando que el Convenio de Intercambio Cultural firmado en Rio de Janeiro, el 25 de enero de 1968, entre ambos Gobiernos, expresa el deseo de incrementar el intercambio científico entre ambos países, haciendo cada vez más firme la tradicional amistad que los une,

Reconociendo el papel creciente y vital de la ciencia y la tecnología dentro de este contexto,

Reconociendo, igualmente, la importancia alcanzada por las actividades científicas y tecnológicas, especialmente dentro del ámbito académico, en ambos países, y

Deseosos, por otra parte, de elevarlas a un nivel adecuado a las relaciones generales,

Conviniere en lo siguiente:

Artículo I. Ambos Gobiernos promoverán la cooperación en el campo científico y tecnológico entre los dos países, principalmente a través de las siguientes formas:

- a) Encuentros de diversa naturaleza para discutir e intercambiar información sobre aspectos relacionados con la ciencia y la tecnología;
- b) Intercambio de profesores, científicos, técnicos, investigadores y expertos (en adelante llamados especialistas);
- c) Intercambio de información científica y tecnológica y publicación de documentación;
- d) Ejecución conjunta o coordinada de programas y proyectos de investigación científica y de desarrollo tecnológico, de aplicación y perfeccionamiento de tecnologías existentes y/o desarrollo de nuevas tecnologías;
- e) Creación, funcionamiento y/o utilización de instalaciones científicas y técnicas y centros de ensayo y/o de producción experimental.

Artículo II. La cooperación se realizará en los campos de la ciencia y la tecnología sobre los cuales ambos Gobiernos convengan a través de acuerdos complementarios por vía diplomática.

Artículo III. El alcance de la difusión de la información originada en los programas y proyectos de cooperación será determinado en los acuerdos complementarios mencionados en el artículo II.

Artículo IV. 1. Los gastos de envío de especialistas de un país a otro a los fines del presente Acuerdo serán en principio solventados por el Gobierno que los envía, correspondiendo al Gobierno receptor los gastos de estada, mantenimiento, asistencia médica y transporte local, siempre que no se establezcan otros procedimientos en los acuerdos complementarios celebrados según el artículo II.

2. La contribución gubernamental a los programas y proyectos de cooperación, incluidos los gastos por el intercambio y suministros de bienes, equipos, materiales y servicios de asesoramiento o consulta, será efectuada en la forma prevista en los acuerdos complementarios a que hace referencia el artículo II.

Artículo V. 1. Ambos Gobiernos concederán a los especialistas que se trasladen de un país a otro, en virtud de los acuerdos complementarios previstos en el artículo II, así como a los miembros de su familia inmediata:

- a) Visa oficial gratuita para obtener residencia por el plazo previsto en el acuerdo complementario respectivo;
- b) Exención de impuestos y demás gravámenes a la importación para su mobiliario y objetos de uso personal, destinados a su primera instalación;
- c) Idéntica exención en cuanto a la re-exportación de los referidos bienes;

2. Ambos Gobiernos eximirán asimismo de todos los impuestos y demás gravámenes a la importación y/o a la exportación a los bienes, equipos y materiales enviados de un país al otro, para el cumplimiento de los acuerdos complementarios previstos en el artículo II.

Artículo VI. 1. Las entidades e instituciones de investigación científica y tecnológica de ambos países, inclusive las de naturaleza académica, tanto públicas como privadas, podrán concluir convenios interinstitucionales destinados a facilitar la realización de actividades de cooperación recíproca.

2. Los dos Gobiernos deberán ser informados sobre la conclusión de los referidos convenios interinstitucionales, así como sobre la marcha de las actividades de cooperación previstas en los mismos.

Artículo VII. Ambos Gobiernos, de conformidad con sus respectivas legislaciones, promoverán la participación de entidades e instituciones privadas de carácter empresarial de los dos países, en la ejecución de los programas y proyectos de cooperación previstos en el presente Acuerdo.

Artículo VIII. 1. Para lograr los objetivos del presente Acuerdo, ambos Gobiernos convienen en crear una Comisión Mixta de Ciencia y Tecnología que tendrá por funciones:

- a) Considerar los temas de la política científica y tecnológica vinculados con la aplicación del presente Acuerdo;
- b) Examinar las actividades resultantes del presente Acuerdo;
- c) Hacer recomendaciones a ambos Gobiernos en relación con la aplicación y perfeccionamiento del presente Acuerdo, inclusive de sus programas y proyectos.

2. La Comisión Mixta se reunirá por lo menos una vez al año alternativamente en Brasil y Argentina, de preferencia simultáneamente con la reunión de la Comisión Especial Brasileña-Argentino de Coordinación (CEBAC), y estará integrada por representantes de uno y otro Gobierno.

Artículo IX. Ambos Gobiernos convienen el inmediato establecimiento de simposios anuales, integrados por especialistas de uno y otro país, para la discusión de temas de interés común en el campo de la ciencia y la tecnología. Los resultados de esos encuentros serán llevados a consideración de la Comisión Mixta.

Artículo X. Ambos Gobiernos designarán en sus respectivos países, las entidades y/o instituciones encargadas de coordinar las actividades de carácter gubernamental, inclusive las de crédito y financiación de programas y proyectos que, en el orden interno, sean necesarias a los fines del presente Acuerdo.

Artículo XI. Durante los intervalos entre las reuniones de la Comisión Mixta, el contacto entre los dos Gobiernos dentro del marco del presente Acuerdo, se efectuará por vía diplomática.

Artículo XII. 1. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que se efectúe el intercambio de los instrumentos de ratificación, que será realizado en Brasilia y tendrá una vigencia inicial de cinco años, prorrogable automáticamente por periodos iguales y sucesivos.

2. El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes mediante notificación por vía diplomática. La denuncia tendrá efecto después de transcurrido un año del recibo de la notificación respectiva.

3. La denuncia del presente Acuerdo no afectará la continuación de la ejecución de los acuerdos complementarios ni de los convenios interinstitucionales que se hubieren concluido de conformidad con lo dispuesto en los artículos II y VI, respectivamente.

4. El presente Acuerdo tendrá aplicación provisional a partir de la fecha de su firma, dentro del límite de la competencia de las autoridades responsables de su aplicación.

HECHO en Buenos Aires, a los 17 días del mes de mayo de 1980, en dos ejemplares originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[Signed— Signé]

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
Ministro de Estado
de Relaciones exteriores

Por el Gobierno
de la República Argentina:

[Signed— Signé]

CARLOS W. PASTOR
Ministro de Relaciones Exteriores
y Culto